

EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS-64

META

Apresentar o contexto sociocultural e político que propicia a aprovação da primeira LDB brasileira e sua vigência durante o regime militar instalado em 1964.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

compreender as motivações políticas e educacionais que favoreceram à promulgação da primeira LDB do Brasil e sua utilização durante a ditadura militar, pós-64.

PRÉ-REQUISITOS

Aula 6.



Carlos Lacerda. Nas discussões para a aprovação da primeira LDB o tema da descentralização x centralização do ensino ganhou destaque. O deputado federal Carlos Lacerda apresentou um substitutivo que atendia aos interesses das escolas particulares e das instituições religiosas de ensino, que pleiteavam o direito de receber verbas do Estado. O substitutivo de Lacerda acabou sendo aprovado (Fonte: <http://antigo.revistaescola.abril.com.br>).

INTRODUÇÃO

Dando seqüência à aula anterior, convém frisar que os anos de 1956 a 1961 constituíram-se no período “áureo” do desenvolvimento econômico brasileiro.

No entanto, o período de 1961 a 1963 já não se caracteriza por essa tranquilidade, pois experimenta, com mais clareza, avanços e recuos em relação ao que se tinha definido como objetivo a seguir (ou a atingir) para um desenvolvimento não só econômico mas também político e social, isto é, um desenvolvimento que atenda, em primeiro lugar, aos interesses da nação e da população brasileira.

Até então, a opção pelo modelo político e econômico foi a de compatibilizar, mantendo o modelo político nacional-desenvolvimentista, e mudando a orientação econômica. O movimento de princípio de 1964, por conveniência, acreditava na opção inversa, ou seja, na compatibilização, mantendo-se a orientação econômica (com base no capital externo, estrangeiro) e mudando-se a política (abandono do nacional-desenvolvimentismo, em proveito ou em benefício de um modelo associado).

Cabe, agora, focar e destacar o que esse quadro político tem a ver com a organização da escola e a política educacional brasileira, daí para a frente.



Integrantes do CPC da UNE, encenando uma peça de teatro na sede do sindicato dos metalúrgicos (RJ), onde estava em andamento a Revolta dos Marinheiros. 25/26 de março 1964.



Capa do disco *O povo canta*, do CPC da UNE



Acampamentos da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, que empregava métodos inovadores para alfabetizar e ficou marcado pelas aulas realizadas em galpões cobertos de palha de coqueiro e com o chão de barro batido (Fontes: 1 e 2 - <http://www.cpdoc.fgv.br>; 3 - <http://www.nominuto.com>).

O ENSINO PÓS-64 – ASPECTOS HISTÓRICOS

Desde de 1946 que um Artigo da Constituição determinava ser da competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A partir de 1947, uma comissão dá início aos trabalhos de elaboração de um anteprojeto que é apresentado à Câmara Federal (já como projeto), em 29 de outubro de 1948, mas só foi transformado em lei 13 anos depois, isto é, em 20 de dezembro de 1961 (data da promulgação da primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional). Esta Lei recebe o número 4.024/61.

A primeira fase do projeto (fase original – 29 de outubro de 1948 a 1958), apresenta o debate entre centralização x descentralização da educação no país. A segunda fase (1958 a 1961) discute (com a participação de diversas opiniões) a defesa dos princípios da escola pública e da escola privada.

Após todos esses debates, é aprovada a Lei que manteve a mesma estrutura do projeto original e dos substitutivos organizados e defendidos pela Comissão de Educação. Quanto à estrutura do ensino, permanecem as etapas: ensino primário de pelo menos quatro anos; ensino ginásial de pelo menos quatro anos; ensino colegial de três anos e ensino superior.

Aliam-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a filosofia dos movimentos de Educação Popular que surgem na metade da década de 1960, objetivando a integração do adulto não-escolarizado na vida política do país, daí a criação de novos métodos de alfabetização. O principal movimento desse gênero refere-se aos Centros Populares de Cultura (CPCs) organicamente ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), que floresceram entre 1962 e início de 1964, despertando grande interesse na juventude universitária.

O Movimento de Educação de Base (MEB) aparece também em 1961, ligado à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e ao Governo Federal, que visava a transformar a educação em comunicação a serviço da transformação do mundo, isto é, a educação deveria ser um processo de conscientização capaz de mudar as mentalidades e as estruturas sociais. Essa forma de pensar a educação está na base da pedagogia de Paulo Freire.

Desse modo, o MEB torna-se um movimento engajado politicamente com o povo, no trabalho de mudança social e de mentalidades dos indivíduos. É desse contexto de mudanças que surge o que hoje se conhece como “sistema” Paulo Freire de valorização de um método ativo, dialógico e crítico, em contraposição ao sistema em vigor.

Na sequência desses acontecimentos inovadores da educação nacional, tem lugar a reforma da Universidade de Brasília, à frente o Prof.

Darcy Ribeiro que buscou construir uma visão eminentemente brasileira dos problemas educacionais.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, fracassam todas as tentativas e iniciativas de caráter democrático reservadas e defendidas para a educação brasileira. As propostas inovadoras foram facilmente identificadas como “comunistas e subversivas”.

O regime militar concedeu à educação nacional o estigma mais perverso de sua proposta ideológica de governo: teóricos da educação, pedagogos e professores foram perseguidos, presos e demitidos; várias universidades e escolas públicas invadidas e ameaçadas; estudantes foram presos, feridos e mortos em confronto com a polícia.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi proibida de funcionar e o Decreto 477 calou a boca de alunos e professores. Contraditoriamente, durante a segunda metade da década de 60 até a segunda metade da década de 80, cresce substancialmente o ensino superior no país e se estabelece o vestibular classificatório ainda hoje em vigor.

Por outro lado, a primeira LDB brasileira, de 1961, se articula com a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, e passam a reger a política educacional do país, sobretudo ao nível do ensino médio.

Convém ressaltar, aqui, que a referida Lei 5.692 introduziu a distinção entre “terminalidade ideal ou legal” que corresponde à escolaridade completa de primeiro e segundo graus, com a duração de 11 anos, e a “terminalidade real” que implicava a antecipação da formação profissional, garantindo para todos, inclusive para os que não conseguiam concluir o curso (primeiro grau) a saída da escola com algum preparo profissional.

Portanto, é no contexto mais severo da ditadura militar que se institui a Lei 5.692, isto é, uma espécie de LDB, de 1971, cuja característica mais marcante é a tentativa de atribuir à formação educacional de sua clientela um cunho profissionalizante.

CONCLUSÃO

Acabamos de acompanhar um trajeto complexo da política educacional brasileira que se situa entre o golpe militar de 1964 até a segunda metade da década de 1980.

Fizemos referência ao clima educacional que antecede o episódio de 1964, realçando a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que se vê cerceada de funcionamento pleno, após a implantação do regime militar no país.

No entanto, alguma flexibilização acontece nesse período tenso como a expansão da universidade brasileira e a promulgação da Lei 5.692, de 1971, que reorganiza o ensino secundário em dois graus, atribuindo-lhes um caráter profissionalizante.

RESUMO

Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º. 4.024/61), fica estabelecido, em seus dispositivos, os princípios básicos de funcionamento do ensino em todos os níveis. Após a eclosão do regime militar, em 1964, há uma redefinição de política educacional e de funcionamento e organização escolar.

Face ao grau de politização já evidente no comportamento de alunos e professores, o novo regime político promove uma desintegração do sistema educacional, pressionando o avanço das inovações e a expansão de novas oportunidades.

Apesar desse clima de crise, o ensino superior se expande e o ensino profissionalizante se estabelece com a política educacional inaugurada a partir da Lei 5.692/71.

Esse quadro permanece sem mudanças significativas até a década de 1980.

ATIVIDADES

1. Quais as motivações sociais e políticas que dão origem ao aparecimento a primeira LDB?
2. Como fica a educação nacional após o golpe militar de 1964? Faça uma breve síntese.



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Vejam quantos acontecimentos sociais e históricos importantes surgem no Brasil, de 1945 ao final da ditadura militar. Faça uma leitura do capítulo que trata dessa fase da obra da Profa. Otaíza Romanelli, indicada na bibliografia.



PRÓXIMA AULA

Educação Superior no Brasil: evolução e financiamento. Esse assunto será tratado panoramicamente, focalizando apenas situações decisivas e marcantes do ponto de vista histórico e pedagógico.



AUTO-AVALIAÇÃO

Com essa aula, basicamente sobre o período de regime militar, passo a conhecer a proposta política e educacional vigente durante os 21 anos de ditadura. Nesse sentido, posso destacar algumas medidas educacionais que sustentaram o ensino no período em questão.

REFERÊNCIAS

- BREJON, Moysés (org.). **Estrutura e funcionamento de 1º e 2º graus:** leituras. São Paulo: Liv. Pioneira Ed, 1979.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Estado, escola e ideologia.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.